

# Diário Eletrônico do Ministério Público RS

## Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 23 de novembro de 2010.

Edição nº 570

### Nesta edição:

#### PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos .....	2
Boletins .....	3
Editais .....	4
Avisos .....	4

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos .....	4
Boletins de Pessoal .....	4
Súmulas de contrato e convênios .....	5
Avisos de licitações .....	6
Concursos Públicos .....	6

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins .....	7
----------------	---

#### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Boletins .....	14
----------------	----



## PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

### PORTARIA Nº 2922/2010

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o objetivo estratégico de combate à corrupção e à improbidade administrativa, CONSIDERANDO as conclusões da regionalização das atribuições aprovadas no Encontro Estadual Construindo uma Nova Gestão do Ministério Público realizado em Bento Gonçalves, referendadas pelo Conselho de Gestão, e CONSIDERANDO os estudos efetivados conjuntamente com a Corregedoria-Geral do Ministério Público, resolve **DESIGNAR** o Dr. ADRIO RAFAEL PAULA GELATTI, matrícula nº 13487965, titular do 2º cargo de Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Caxias do Sul, RS, para a atuação na defesa do patrimônio público e crimes conexos que tenham alta relevância e interesse regional na Região da Serra (composta pelas Comarcas de Antônio Prado, Bento Gonçalves, Canela, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Feliz, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, Nova Prata, São Francisco de Paula, São Marcos e Veranópolis), pelo período de 06 (seis) meses, possibilitadas prorrogações, e para seu exercício poderá:

- a. atuar peças de informação e instaurar Inquérito Civil Público, nos termos do Provimento n.º 26/2008-PGJ; instaurar Procedimento Investigatório Criminal, nos termos da Resolução 03/2004 - OECPMP; e promover Ação Civil Pública e/ou Ação Penal para a proteção do patrimônio público e de interesses correlatos, bem como para a reparação dos danos causados, sempre com a anuência do promotor natural;
- b. receber notícias de danos causados e quaisquer reclamações de entidades de proteção do patrimônio público ou de qualquer do povo, diligenciando no sentido de lhes oferecer pronta e eficaz solução;
- c. requerer as medidas judiciais e/ou requisitar as administrativas de interesse institucional;
- d. promover e acompanhar, isoladamente ou em conjunto com o Promotor natural, mas sempre com a anuência desse último, qualquer ação civil ou penal para a defesa do patrimônio público e interesses correlatos em qualquer das Comarcas da região abrangida, inclusive na Comarca de Porto Alegre, nos termos do art. 93, II, do CDC;
- e. acompanhar noticiários veiculados pelos meios de comunicação social, diligenciando no sentido de que sejam investigados fatos que, em tese, caracterizem hipóteses de atuação;
- f. escolher, discricionariamente, as investigações nas quais atuará, com o fim de priorizar aquelas de maior relevância social; sua atuação, no entanto, como já mencionado nos itens "a" e "d", somente ocorrerá mediante a anuência do Promotor natural;

g. coletar e produzir conhecimento sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência para a ação pró-ativa na defesa do patrimônio público e interesses correlatos; bem como planejar e executar a proteção dos conhecimentos sensíveis acima mencionados;

h. atuar em conjunto com os demais órgãos de controle do patrimônio público e de investigação criminal, de qualquer esfera da federação, solicitando e prestando, de forma expedita, informações não cobertas por sigilo legal, a fim de subsidiar medidas protetivas ao patrimônio público e interesses correlatos;

i. manter protocolo das reclamações e pedidos recebidos, podendo fazê-lo em meio eletrônico;

j. manter o devido registro dos Inquéritos Cíveis Públicos, peças de informação e Procedimentos Investigatórios Criminais;

k. arquivar as reclamações administrativas solucionadas, desde que não importem em compromisso de ajustamento previsto na Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985;

l. comunicar ao Centro de Apoio Operacional respectivo a instauração de Inquéritos Cíveis Públicos e de Procedimentos Investigatórios Criminais, o ajuizamento de ações civis públicas e/ou penais e a celebração de compromissos de ajustamento;

m. receber das Promotorias de Justiça que abrangem a região as portarias de instauração de Inquéritos Cíveis Públicos, peças de informação e Procedimentos Investigatórios Criminais, que tratem da defesa do patrimônio público, bem como de crimes conexos à tutela dos interesses antes citados, a fim de poder exercer o juízo referido na alínea "f".

n. interagir com as Promotorias de Justiça da mesma região e com a Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, com a colaboração do Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público, para a consecução da atuação integrada em relação às causas referentes à defesa do patrimônio público e interesses correlatos da região;

o. utilizar a estrutura administrativa existente nos prédios das Promotorias de Justiça da região, bem como no prédio da Procuradoria-Geral de Justiça e no prédio das Promotorias de Justiça Especializadas de Porto Alegre;

p. prestar contas à Corregedoria-Geral do Ministério Público, na periodicidade e forma estabelecida por esse órgão, com cópia ao Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público;

q. ter reduzidas suas atribuições originais de forma a que possa atender aos termos desta Portaria;

r. exercer outras atribuições conferidas em lei.

Eventuais conflitos de atribuições e os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, sem ônus para o Estado.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 18 de novembro de 2010.

**SIMONE MARIANO DA ROCHA,**

Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

**BENHUR BIANCON JUNIOR,**

Chefe de Gabinete.



**BOLETIM Nº 554/2010**

**A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:**

**DESIGNAR**

- a Dra. ANA MARIA SCHINESTCK, Procuradora de Justiça, Secretária-Geral do Ministério Público, para representar a Procuradora-Geral de Justiça na Sessão de Julgamento do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, a ser realizada no dia 22 de novembro de 2010, a partir das 14 horas, na Sala de Sessões, no 12º andar do Tribunal de Justiça do Estado (Port. 2928/10).

- o Dr. UBALDO ALEXANDRE LICKS FLORES, Procurador de Justiça, para participar da audiência de interrogatório do réu Vítor Edison Calsado Vieira, no processo nº 70018225821, a que responde Newton Luis Medeiros Fabrício, Juiz de Direito, e outros, a ser realizada no dia 24 de novembro de 2010, às 9 horas, na sala n. 1.113, do Tribunal de Justiça (Port. 2933/10).

- a Promotora de Justiça de entrância intermediária, Dra. CAMILA SANTOS DA CUNHA, matrícula nº 14957523, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Butiá, até ulterior deliberação (Port. 2954/10).

- o Promotor de Justiça de entrância inicial, Dr. LUIZ ANTONIO BARBARÁ DIAS, matrícula nº 14951878, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Cacequi, até ulterior deliberação (Port. 2955/10).

- o Promotor de Justiça de entrância inicial, Dr. FABIANO REDIVO SILVA, matrícula nº 14963493, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Campo Novo, até ulterior deliberação (Port. 2956/10).

- a Promotora de Justiça de entrância inicial, Dra. CÍNTIA FOSTER DE ALMEIDA, matrícula nº 14956314, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Jaguarí, até ulterior deliberação (Port. 2957/10).

- o Promotor de Justiça de entrância inicial, Dr. ALESSANDRO SALAZAR ROSSATTO, matrícula nº 14958538, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Nova Prata, até ulterior deliberação (Port. 2958/10).

- a Promotora de Justiça de entrância inicial, Dra. ANAMARIA THOMAZ, matrícula nº 14963442, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Salto do Jacuí, até ulterior deliberação (Port. 2959/10).

- a Promotora de Justiça de entrância inicial, Dra. DINAMÁRCIA MACIEL DE OLIVEIRA, matrícula nº 14951614, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Santo Antônio das Missões, até ulterior deliberação (Port. 2960/10).

- o Promotor de Justiça de entrância inicial, Dr. SANDRO LOUREIRO MARONES, matrícula nº 13522400, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de São Sepé, até ulterior deliberação (Port. 2961/10).

- o Promotor de Justiça de entrância inicial, Dr. LEONARDO GIARDIN DE SOUZA, matrícula nº 14963485, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Taquari, até ulterior deliberação (Port. 2962/10).

- a Promotora de Justiça de entrância intermediária, Dra. CAROLINE SPOTORNO DA SILVA, matrícula nº 14963353, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Alegrete, até ulterior deliberação (Port. 2963/10).

- a Promotora de Justiça de entrância intermediária, Dra. FABIANE RIOS LISARDO, matrícula nº 14024063, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Cachoeira do Sul, até ulterior deliberação (Port. 2964/10).

- a Promotora de Justiça de entrância intermediária, Dra. MÁRCIA REGINA NUNES VILLANOVA, matrícula nº 14956713, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Erechim, até ulterior deliberação (Port. 2965/10).

- a Promotora de Justiça de entrância intermediária, Dra. ANDREA ALMEIDA BARROS, matrícula nº 14953722, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Frederico Westphalen, até ulterior deliberação (Port. 2966/10).

- a Promotora de Justiça de entrância intermediária, Dra. ROBERTA MORILLOS TEIXEIRA, matrícula nº 14227592, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Ijuí, até ulterior deliberação (Port. 2967/10).

- a Promotora de Justiça de entrância intermediária, Dra. NATHÁLIA SWOBODA CALVO, matrícula nº 14961407, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Rio Grande, até ulterior deliberação (Port. 2968/10).

- a Promotora de Justiça de entrância intermediária, Dra. KARINNA LICHT ORLANDI GOULART, matrícula nº 14086867, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Vacaria, até ulterior deliberação (Port. 2969/10).



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de novembro de 2010.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição nº 570

- a Promotora de Justiça de entrância intermediária, Dra. FERNANDA WEIAND BRAUN, matrícula nº 14963299, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções normais, atuar nas funções previstas no Provimento nº 08/2001, que dispõe sobre o Controle Externo da Atividade Policial, na Comarca de Venâncio Aires, até ulterior deliberação (Port. 2970/10).

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 23 de novembro de 2010.

**BENHUR BIANCON JUNIOR**,  
Chefe de Gabinete.

#### EDITAL Nº 219/2010 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo indeferiu a instauração de Inquérito Civil acerca de possível dano ambiental oriundo da realização de podas irregulares de árvores em via pública, no expediente RD nº 00872.00061/2009, em que reclamante Leandro Gomes de Souza.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 22 de outubro de 2010.

**BENHUR BIANCON JUNIOR**,  
Chefe de Gabinete.

#### ESCALA DE FÉRIAS DOS MEMBROS PARA O ANO DE 2011 AVISO

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA** faz público que se encontra disponível para consulta, na página da Unidade de Registros Funcionais (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf>), a Escala de Férias, para o ano de 2011, dos Procuradores e Promotores de Justiça, (PR.00983.02174/2010-9), aprovada pelo Conselho Superior do Ministério Público, em sessão realizada no dia 25 de outubro de 2010.

#### SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

##### PORTARIA Nº 2879/2010

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

**1. Determinar**, com fulcro no Artigo 200 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, a instauração de Procedimento Administrativo de Sindicância Disciplinar para apurar fatos contidos no expediente, **SPU.PR.01055.00297/2010-1**.

**2. Designar** os servidores **João Luiz Pinto Costa**, matrícula nº 14951061, Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais R, como Sindicante; **Ruiter Ubaiara Pozo Martinetto**, matrícula nº 14590700, Assessor Especial I, como Secretário. **DÊ-SE CIÊNCIA.**

**CUMPRA-SE.**

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 22 de novembro de 2010.

**DELMAR PACHECO DA LUZ**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e publique-se.

**JANETE MENEZES FAGUNDES**,

Diretora-Geral.

#### PORTARIA Nº 2887/2010

O **SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**, publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

**1. Determinar**, com fulcro no Artigo 200 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, a instauração de Procedimento Administrativo de Sindicância Disciplinar para apurar fatos contidos no expediente, **SPU.PR.01055.00300/2010-3**.

**2. Designar** os servidores **João Luiz Pinto Costa**, matrícula nº 14951061, Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais R, como Sindicante; **Ruiter Ubaiara Pozo Martinetto**, matrícula nº 14590700, Assessor Especial I, como Secretário. **DÊ-SE CIÊNCIA.**

**CUMPRA-SE.**

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 22 de novembro de 2010.

**DELMAR PACHECO DA LUZ**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e publique-se.

**JANETE MENEZES FAGUNDES**,

Diretora-Geral.

#### BOLETIM Nº 555/2010

O **SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

**DESIGNAR**

- no período de 13 a 22 de outubro de 2010, a servidora NARA MARIZA ALVES, Datilógrafa, matrícula nº 12204552, para exercer, em substituição, a função gratificada de Coordenador de Comissão Disciplinar Permanente, FG-11, acrescida da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão, nos impedimentos legais por férias do titular, João Luiz Pinto Costa (Port. 2520/10).



- os servidores DENISE ZINN BECKEL, Agente Administrativo, matrícula 13456709, LUCAS BELMONTE MELLO, Assessor Especial II, matrícula 14965003, e FERNANDO KRUEL NOGUEIRA, Agente Administrativo, matrícula 14968509, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão para Inventário da Unidade de Almoarifado (Port. 2939/10).

- os servidores NAILZA DA SILVA ROSA, Agente Administrativo, matrícula 14961229, e CHRISTIAN BROD DA ROCHA, Assessor Especial I, matrícula 14953390, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão para Inventário da Unidade de Patrimônio (Port. 2940/10).

#### REVOGAR

- a contar de 06 de outubro de 2010, a Portaria nº 0429/2010, que designou o servidor EVANDRO RICARDO BONILLA SCHUSTER, Adido da Polícia Civil, matrícula nº 24566780, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Segurança Institucional III, FG-05, deste órgão (Port. 2496/10).

#### AUTORIZAR

- o servidor DANIEL COMERLATTO, Agente Administrativo, matrícula nº 14971992, a afastar-se de suas funções, no período de 16 a 19 de novembro de 2010, para participar de Curso de Formação de Oficiais, em Florianópolis/SC, correspondente à terceira etapa do concurso para o cargo de Procurador Federal de 2ª Categoria, nos termos do artigo 2º da Lei Estadual nº 12.262/05, e no artigo 64, inciso XII, da Lei nº 10.098/94, sem ônus para o Ministério Público, devendo comprovar, junto à Divisão de Recursos Humanos deste órgão, a sua matrícula e frequência, mantida a contribuição para o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Artigo 8º da Lei n. 7.672/82, combinado com o disposto na Lei n. 12.065/04 (Port. 2945/10).

#### CONCEDER

- a contar de 11 de novembro de 2010, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora CLÁUDIA SOUZA MOREIRA MANDELLI, Assistente de Procuradoria de Justiça, matrícula 14963698, em conformidade com o Artigo 146 da Lei nº 10.098/94, devendo permanecer contribuindo mensalmente para Instituto de Previdência do Estado, de acordo com o Artigo 8º da Lei 7672/82 (PR.00011.00981/2010-5 - Port. 2937/10).

#### EXONERAR

- a pedido, a contar de 16 de novembro de 2010, o servidor ADRIANO NONNENMACHER DE SOUZA, matrícula nº 14958007, do cargo de Secretário de Diligências, em virtude de posse em cargo público estadual (Port. 2938/10).

- a pedido, a contar de 11 de novembro de 2010, o servidor ANDERSON SILVEIRA DE LIMA, matrícula nº 14957892, do cargo de Secretário de Diligências, em virtude de posse em cargo público estadual (Port. 2941/10).

- a pedido, a contar de 19 de novembro de 2010, o servidor EMERSON LOURENÇO INCHAUSPE, matrícula nº 14955229, do cargo de Secretário de Diligências, em virtude de posse em cargo público federal (Port. 2942/10).

- a pedido, a contar de 19 de novembro de 2010, o servidor LOURENÇO FERNANDES DUTRA FONSECA, matrícula nº 14974045, do cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, em virtude de posse em cargo público federal (Port. 2943/10).

- a pedido, a contar de 19 de novembro de 2010, a servidora CECÍLIA ARANALDE LAMAS, matrícula nº 14973294, do cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em virtude de posse em cargo público federal (Port. 2944/10).

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 23 de novembro de 2010.

**JANETE MENEZES FAGUNDES**,  
Diretora-Geral.

#### SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO Nº 3866-09.00/10-3 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/10

**CONTRATADA:** ALFAMÍDIA PROW TREINAMENTO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA.; **OBJETO:** contratação de empresa para ministrar os cursos oficiais Microsoft MS 6292 - Installing and Configuring Windows 7 Client - e MS 6424 - Fundamentals of Windows Server 2008 Active Directory -, visando à capacitação profissional dos servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul; **VALOR TOTAL:** R\$ 13.680,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS 33/08 e 47/05 e, subsidiariamente, Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Provimento PGJ/RS 54/02 e Decreto Estadual 42.434/03.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 19 de novembro de 2010.

**JANETE MENEZES FAGUNDES**,  
Diretora-Geral.

#### SÚMULA DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO E DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PROCESSO Nº 11728-09.00/09-1

**A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão administrativo do Ministério Público do RS, torna público que resolveu cancelar a Ata de Registro de Preços firmada com a empresa Lettel Distribuidora de Telefonia Ltda, publicada em 24/02/2010, tendo por objeto 5 centrais privativas de comutação telefônica da marca Alcatel Lucent, com fundamento no subitem 5.1.1, alínea 'a', da Ata. Na mesma oportunidade, resolveu rescindir o contrato de compra e venda de 2 centrais da marca referida, com fundamento no artigo 78, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 22 de novembro de 2010.

**JANETE MENEZES FAGUNDES**,  
Diretora-Geral.



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de novembro de 2010.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição nº 570

**SÚMULA DE CONTRATO**  
**PROCESSO Nº 4708-09.00/10-7**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/10**

**CONTRATADA:** Tribeca Eventos Ltda.; **OBJETO:** contratação de hospedagem, alimentação e infraestrutura para realização do evento “Encontro Estadual sobre o Meio Ambiente – Ações Institucionais para um Futuro Sustentável”, a ser realizado no período de 24 a 26 de novembro de 2010, em Canela/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 73.970,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS 33/08 e 47/05 e, subsidiariamente, Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Provimento PGJ/RS 54/02 e Decreto Estadual 42.434/03.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA,** em Porto Alegre, 22 de novembro de 2010.

**JANETE MENEZES FAGUNDES,**  
Diretora-Geral.

**Aviso de Abertura de Pregões Eletrônicos**

**(01) Pregão Eletrônico nº 62/2010** (Processo nº 004515-09.00/10-4). **Tipo:** Menor Preço por item. **Objeto:** Registro de Preços de 220 Switches Fast Ethernet Gerenciáveis, pelo período de 12 meses, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 03/12/2010, às 10h30min. **Data e horário de início da disputa de preços:** 07/12/2010, às 09h30min.

**(02) Pregão Eletrônico nº 63/2010** (Processo nº 004514-09.00/10-1). **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Aquisição de atualização de Software Firewall Checkpoint, de módulo de SSL, e a prestação de serviços de treinamento e suporte técnico, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 03/12/2010, às 10 horas. **Data e horário de início da disputa de preços:** 06/12/2010, às 09h30min.

**(03) Pregão Eletrônico nº 64/2010** (Processo nº 004851-09.00/10-5). **Tipo:** Menor Preço por item. **Objeto:** Registro de Preços de aparelhos de ar-condicionado de janela, pelo período de 12 meses, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas:** 03/12/2010, às 09h30min. **Data e horário de início da disputa de preços:** 03/12/2010, às 14 horas

**Local:** [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br). Edital disponível na página: [http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao\\_eletronico](http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao_eletronico). **Informações gerais:** e-mail, [cplic@mp.rs.gov.br](mailto:cplic@mp.rs.gov.br). **Base legal:** Lei estadual nº 13.191/09, Lei nº 10.520/02, LC nº 123/06 e Lei nº 8.666/93.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA,** Porto Alegre, 22 de novembro de 2010.

**LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,**  
Pregoeiro.

**CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE**  
**AGENTE ADMINISTRATIVO DO QUADRO DE**  
**PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 409/2010**

A Procuradoria-Geral de Justiça, tendo em vista o Concurso Público para provimento do cargo de Agente Administrativo para o Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Edital nº 347/2010, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 22 de setembro de 2010 **RESOLVE:**

**I. INFORMAR** nos **Anexos I e II** abaixo relacionados as inscrições homologadas e não-homologadas dos candidatos inscritos como portadores de deficiência, após análise de recursos, em conformidade com o item 1 do Capítulo X do Edital de Abertura de Inscrições.

**II. RESSALTAR** que **candidatos que tiveram o requerimento de isenção de pagamento do valor da inscrição indeferido**, constam do **Anexo I** do presente Edital com a inscrição homologada como portador de deficiência, **devendo efetivar obrigatoriamente sua inscrição para o Concurso no site da Fundação Carlos Chagas no período das 10h do dia 23/11 às 18h do dia 24/11/2010**, conforme Edital de Concurso Público nº 396/2010, publicado em 09 de novembro de 2010 no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA,** Porto Alegre, 22 de novembro de 2010.

**DIOMAR JACINTA RECH,**  
Presidente da Comissão de Concurso.

**ANEXO I**

**INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS COMO PORTADORES**  
**DE DEFICIÊNCIA, APÓS ANÁLISE DE RECURSOS**

NOME	DOCUMENTO
DEISE DE AVILA	9079832821

**INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS COMO PORTADORES**  
**DE DEFICIÊNCIA - RECURSO DE OFÍCIO**

NOME	DOCUMENTO
AGOSTINHO JUNIOR PEREIRA MENDES	6019390
ALEXANDRA GONÇALVES MARTINS	4048936051
ISMAEL PINHEIRO ARAUJO	7059733621
JETERSON REIS MARTINS	1055289381
LUIS GLAUCO MIORIM	3063417277
RICHARD DA SILVA NOBRE	8021463883



ANEXO II

**INSCRIÇÕES NÃO-HOMOLOGADAS COMO PORTADORES DE DEFICIÊNCIA, APÓS ANÁLISE DE RECURSOS**

NOME	DOCUMENTO	MOTIVO
ANGELA MARIA OLIVEIRA DE FREITAS	0000002034187043	Laudo expedido fora do prazo
FERNANDO TADEU REGINALDO	6058155943	Não enviou documentação

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

**BOLETIM Nº 88/2010**

**O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

- 1) Inquérito Civil, nº 00719.00009/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça André Barbosa de Borba, da Promotoria de Justiça Cível de Bagé, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em contratação sem licitação por município.
- 2) Inquérito Civil, nº 00748.00252/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de verificação da utilização de verbas públicas recebidas para projetos culturais.
- 3) Inquérito Civil, nº 00823.00024/2010**, instaurado pela Promotora de Justiça Luana Rocha Ribeiro, da Promotoria de Justiça de Pedro Osório, com a finalidade de investigar a ausência de outorga de poços profundos existentes em município.
- 4) Inquérito Civil, nº 01212.00024/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça João Carlos de Azevedo Fraga, da Promotoria de Justiça Especializada de Osório, com finalidade de investigar supostas irregularidades em processo licitatório, promovido por município, bem como em destinação de postes doados.
- 5) Inquérito Civil, nº 01211.00011/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça Cível de Osório, com o fito de investigar supostas irregularidades em processo de dispensa de licitação promovido por município.
- 6) Inquérito Civil, nº 71/2008**, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz, da Promotoria de Justiça de Canoas, com a finalidade de averiguar eventual improbidade administrativa e/ou ilegalidade e inconstitucionalidade na contratação de CCs.
- 7) Inquérito Civil, nº 49/2010**, instaurado pelo Promotor de Justiça Cristiano Ledur, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, a fim de apurar ato de improbidade administrativa, consistente no uso de maquinário de município para fazer obra em área particular.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 22 de novembro de 2010.

**JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI**,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

**LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI**,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

**BOLETIM Nº 02/2010 – CAO-DH**

**O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

- 1) Inquérito Civil Público nº 01177.00006/2008** – instaurado pelo Promotor de Justiça Marcel Tisser Piterman, da Promotoria de Justiça de Defesa Comunitária de Alvorada, em 11 de agosto de 2010, tendo por finalidade apurar possíveis irregularidades no Lar Santa Bárbara, situado na Rua Fernão de Magalhães, 108.



Diário eletrônico

---

# Ministério Público

---

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de novembro de 2010.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição nº 570

**2) Inquérito Civil Público nº 00721.00008/2007** – instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, em 13 de julho de 2010, tendo por finalidade apurar possíveis irregularidades em Centro de Atendimento a doentes, dependentes químicos, doentes com sintomas de esquizofrenia, localizado na Linha Cavahada.

**3) Inquérito Civil Público nº 00723.00021/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves, em 26 de agosto de 2010, tendo por finalidade averiguar possível irregularidade no funcionamento de clínica de vacinação.

**4) Inquérito Civil Público nº 00723.00015/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Alécio Silveira Nogueira, da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves, em 03 de novembro de 2010, tendo por finalidade averiguar instalação e pertinência da Casa de Passagem Vilson Maria para atendimento à população em situação de rua junto à Av. Assis Brasil, 94.

**5) Inquérito Civil Público nº 00727.00006/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de Cacequi, em 01 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar fortalecimento do controle social através da regularização do Conselho Municipal de Saúde e da capacitação dos Conselheiros de Saúde.

**6) Inquérito Civil Público nº 00728.00024/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, em 29 de junho de 2010, tendo por finalidade apurar a legalidade da conduta do Município de Cachoeira do Sul, quanto ao Concurso Público para provimento de cargos, com reserva de quotas para afrodescendentes, após a declaração de inconstitucionalidade da Lei 3550/2004, pelo Egrégio Tribunal de Justiça do RS.

**7) Inquérito Civil Público nº 01220.00005/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha, em 05 de agosto de 2010, tendo por finalidade fiscalizar a implementação de instrumentos para a acessibilidade de deficientes a prédios públicos.

**8) Inquérito Civil Público nº 00742.00025/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Clarissa Amélia Simões Machado, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho, em 29 de julho de 2010, tendo por finalidade investigar eventuais irregularidades no procedimento adotado junto ao Hospital de Caridade de Carazinho (HCC) para prestação de serviços funerários.

**9) Inquérito Civil Público nº 00742.00006/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Clarissa Amélia Simões Machado, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho, em 30 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar irregularidades na prestação dos serviços de saúde aos usuários do SUS do Município de Almirante Tamandaré do Sul, em decorrência da ausência de algumas áreas de especialidades médicas.

**10) Inquérito Civil Público nº 00748.00131/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 15 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar demora em atendimento médico (procedimento para a retirada de feto) de paciente no Hospital Geral – Fundação Universidade de Caxias do Sul.

**11) Inquérito Civil Público nº 00748.00283/2010** - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 26 de outubro de 2010, tendo por finalidade investigar demora para agendar consulta com neurologista e ortopedista através do Sistema Único de Saúde – SUS.

**12) Inquérito Civil Público nº 00748.00277/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 20 de outubro de 2010, tendo por finalidade investigar médico credenciado no SUS condenado pelo cometimento do crime de atentado ao pudor mediante fraude.

**13) Inquérito Civil Público nº 00748.00292/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 09 de novembro de 2010, tendo por finalidade investigar ausência de esclarecimentos para aquisição dos medicamentos fluoxetina 20mg e sinvastatina 20mg, dispensados pelo município.

**14) Inquérito Civil Público nº 00748.00157/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 15 de julho de 2010, tendo por finalidade investigar negligência nos cuidados com pessoa portadora de sofrimento psíquico.

**15) Inquérito Civil Público nº 00748.00127/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 01 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar negligência nos cuidados de pessoa portadora de necessidades especiais abandonada pelos familiares.

**16) Inquérito Civil Público nº 00748.00158/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 15 de julho de 2010, tendo por finalidade investigar pessoa portadora de sofrimento psíquico em situação de abandono.

**17) Inquérito Civil Público nº 00748.00274/2010** - instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 13 de outubro de 2010, tendo por finalidade investigar transferência de pessoa portadora de necessidades especiais para Caxias do Sul/RS, pela Clínica São Jorge, Araranguá/SC.

**18) Inquérito Civil Público nº 00748.00204/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 17 de agosto de 2010, tendo por finalidade investigar irregularidade na dispensação do medicamento Betainterferona 1A/12 (44MCG), cód. 11069, pelo Sistema Único de Saúde, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

**19) Inquérito Civil Público nº 00748.00231/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 31 de agosto de 2010, tendo por finalidade investigar irregularidade na dispensação do medicamento Adalimumabe 40mg, cód. 12422, pelo Sistema Único de Saúde, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul e demora na avaliação médica para autorização do pedido de aquisição de Metotrexato 2,5mg. cód. 3790.



**20) Inquérito Civil Público nº 00748.00265/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 27 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar verificação de existência de tradutor/intérprete para auxiliarem pessoas portadoras de deficiência auditiva para a obtenção de Carteira Nacional de Habilitação pelo DETRAN-RS.

**21) Inquérito Civil Público nº 00748.00361/2009** – Aditamento à Portaria nº 361/2009 - instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 27 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar abuso na mensalidade de Planos de Saúde em razão da mudança de faixa etária pela Caixa de Assistência Sistema de Saúde Integral – CASSI, Doctor Clin Operadora de Planos de Saúde Ltda, Pró Salut e Serviços para a Saúde Ltda, Círculo Operário Caxiense, Unimed Nordeste – RS e Grupo Fátima Saúde.

**22) Inquérito Civil Público nº 00748.00261/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 27 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar pessoa portadora de necessidades especiais em situação de risco social.

**23) Inquérito Civil Público nº 00748.00264/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 27 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar pessoa que se recusa a realizar tratamento médico, pelo Hospital Pompéia.

**24) Inquérito Civil Público nº 00748.00328/2009** – Novo Aditamento à Portaria nº 328/2009 instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 02 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar fiscalização referente ao Estatuto do Torcedor – Laudos Técnicos do Estádio de Futebol Francisco Stédille (Centenário).

**25) Inquérito Civil nº 00748.00234/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 02 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar fiscalização referente ao Estatuto do Torcedor – Laudos Técnicos referente ao Estádio Alfredo Jaconi, em Caxias do Sul.

**26) Inquérito Civil Público nº 00748.00249/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 14 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar irregularidade na dispensação do medicamento TICLOPIDINA 250 mg, código 4035, pelo Sistema Único de Saúde, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

**27) Inquérito Civil Público nº 00748.00258/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 27 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar pessoa portadora de sofrimento psíquico em situação de negligência.

**28) Inquérito Civil Público nº 00748.00238/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 08 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar pessoa portadora de sofrimento psíquico em situação de risco social.

**29) Inquérito Civil nº 00748.00241/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 09 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar pessoa portadora de necessidades especiais em situação de negligência.

**30) Inquérito Civil Público nº 00748.00263/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 27 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar negativa de cuidados do irmão Cleonir Santos Souza, internado no Hospital Geral.

**31) Inquérito Civil Público nº 00748.00226/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 30 de agosto de 2010, tendo por finalidade investigar pessoa portadora de sofrimento psíquico em situação de negligência.

**32) Inquérito Civil Público nº 00748.00254/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 21 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar medicamento especial. Irregularidade na dispensação do medicamento Clonazepan (Rivotril), código 3965, pelo Sistema Único de Saúde, sob-responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

**33) Inquérito Civil Público nº 00748.00206/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 17 de agosto de 2010, tendo por finalidade investigar pessoa portadora de sofrimento psíquico em situação de abandono.

**34) Inquérito Civil Público nº 00748.00255/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 21 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar pessoa portadora de sofrimento psíquico em situação de negligência.

**35) Inquérito Civil Público nº 00748.00251/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 16 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar pessoa portadora de sofrimento psíquico em situação de vulnerabilidade social.

**36) Inquérito Civil Público nº 00748.00237/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 08 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar moradores de rua passando a noite e finais de semana sob marquises dos prédios Residencial Américo Garbin e Condomínio Edifício Plátanos do Carmo, fazendo arruaças, ameaças e acumulando lixo no local.

**37) Inquérito Civil Público nº 00748.00245/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 10 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar o não atendimento reiterado à paciente do SUS pelo médico oncologista Ruy Reinert Junior.

**38) Inquérito Civil Público nº 00748.00242/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 09 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar atendimento prestado no centro Fisioterápico da UCS.



Diário eletrônico

---

# Ministério Público

---

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de novembro de 2010.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição nº 570

**39) Inquérito Civil Público nº 00748.00270/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 30 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar eventuais riscos à saúde de funcionários do SAMAE, em decorrência da inobservância às normas de segurança no trabalho.

**40) Inquérito Civil Público nº 00748.00213/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 23 de agosto de 2010, tendo por finalidade investigar verificação do procedimento de alta hospitalar aos pacientes que necessitam de aparelhos médicos, pelo Hospital Pompeia – Pio Sodalicio das Damas de Caridade.

**41) Inquérito Civil Público nº 00950.00018/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Regina Nunes Villanova, da Promotoria de Justiça de Charqueadas, em 24 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar deficiências nos serviços prestados na área da Saúde Municipal.

**42) Inquérito Civil Público nº 00759.00013/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Janine Rosi Faleiro, da Promotoria de Justiça de Dom Pedrito, em 10 de novembro de 2010, tendo por finalidade averiguar a responsabilidade pela ausência temporária de médico anestesiológista, bem como as medidas a serem tomadas em relação à contratação de profissional que supra às necessidades da população.

**43) Inquérito Civil Público nº 00773.00051/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomanno Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Feliz, em 13 de outubro de 2010, tendo por finalidade apurar verificação acerca da destinação de postos de trabalho a funcionários portadores de deficiência, pelas empresas com mais de 100 funcionários, nos Municípios de Feliz, Alto Feliz, Vale Real, São Vendelino e Linha Nova.

**44) Inquérito Civil Público nº 00777.00025/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de Gaurama, em 30 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar implementação do ensino da História e da Cultura Afrobrasileira e Indígena nas escolas do Município.

**45) Inquérito Civil Público nº 00777.00027/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de Gaurama, em 30 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar implementação do ensino da História e da Cultura Afrobrasileira e Indígena nas escolas do Município.

**46) Inquérito Civil Público nº 00777.00026/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de Gaurama, em 30 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar implementação do ensino da História e da Cultura Afrobrasileira e Indígena nas escolas do Município.

**47) Inquérito Civil Público nº 00777.00018/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de Gaurama, em 30 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar implementação do ensino da História e da Cultura Afrobrasileira e Indígena nas escolas do Município.

**48) Inquérito Civil Público nº 00777.00019/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de Gaurama, em 30 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar implementação do ensino da História e da Cultura Afrobrasileira e Indígena nas escolas do Município.

**49) Inquérito Civil Público nº 00777.00021/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de Gaurama, em 30 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar regularização do Conselho Municipal de Saúde com base na legislação vigente.

**50) Inquérito Civil Público nº 00777.00023/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de Gaurama, em 30 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar regularização do Conselho Municipal de Saúde com base na legislação vigente.

**51) Inquérito Civil Público nº 00777.00024/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de Gaurama, em 30 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar regularização do Conselho Municipal de Saúde com base na legislação vigente.

**52) Inquérito Civil Público nº 00777.00022/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de Gaurama, em 30 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar regularização do Conselho Municipal de Saúde com base na legislação vigente.

**53) Inquérito Civil Público nº 00784.00024/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 30 de julho de 2010, tendo por finalidade investigar irregularidades administrativas para o controle de estoque de medicamentos no âmbito da Farmácia Municipal e almoxarifado de medicamentos do Município.

**54) Peça de Informação nº 00784.00020/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 09 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar irregularidades – existência de Comunidade Terapêutica sem licença para funcionamento.

**55) Inquérito Civil Público nº 00790.00016/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Claudia Ferraz Rodrigues Pegoraro, da Promotoria de Justiça de Herval, em 08 de novembro de 2010, tendo por finalidade investigar o Transporte intermunicipal gratuito de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PNEs) no Município de Santa Maria.

**56) Inquérito Civil Público nº 00792.00010/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, em 16 de junho de 2010, tendo por finalidade apurar o prejuízo aos usuários do Plano de Saúde IPERGS pelo subatendimento do número de pacientes, conforme convênio.

**57) Inquérito Civil Público nº 00801.00051/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, em 24 de setembro de 2010, tendo por finalidade apurar cobranças irregulares praticadas pelo Hospital São Paulo a pacientes usuários do SUS.



**58) Inquérito Civil Público nº 01175.00055/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, da Promotoria de Justiça de Montenegro, em 22 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar nos municípios integrantes da Comarca de Montenegro, o cumprimento do disposto na RDC 101 da ANVISA e Portaria 430/2008 da Secretaria Estadual de Saúde, quanto à definição de rotinas de inspeção e fiscalização das Comunidades Terapêuticas.

**59) Inquérito Civil Público instaurado através da Portaria nº 13/2010** – pelo Promotor de Justiça Márcia Rogério de Oliveira Bressan, da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque, em 03 de setembro de 2010, tendo por finalidade apurar eventual ocorrência de maus tratos à M.G.R., pessoa portadora de deficiência mental, bem como a possibilidade de abrigo da mesma.

**60) Peças de Informação nº 19/2010** - instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque, em 28 de outubro de 2010, tendo por finalidade averiguar a existência de eventual cobrança indevida por atendimento médico prestado pelo SUS - Sistema Único de Saúde no Município de Victor Graeff.

**61) Inquérito Civil instaurado através da Portaria nº 14/2010** - pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque, tendo por finalidade apurar a existência de eventuais irregularidades pela cobrança denominada “tarifa social” de usuários dos serviços de psiquiatria pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Não-Me-Toque.

**62) Inquérito Civil Público nº 00815.00033/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Camila Lummertz, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, em 09 de agosto de 2010, tendo por finalidade investigar eventual omissão da Secretaria Municipal de Assistência Social no atendimento a moradores de rua ocupantes de imóvel à rua Vinte e Cinco de Julho, 1297, Bairro Rio Branco, Novo Hamburgo.

**63) Peças de Informação nº 01128.0107/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 24 de agosto de 2010, tendo por finalidade apurar a análise conclusiva do Laudo Técnico de vistoria de engenharia enviado pela CBF – Confederação Brasileira de Futebol – relativos ao Estádio Passo D’Areia, conforme previsão da Lei nº 10671/03 e cláusula sexta do Protocolo de intenções CBF/CNPG.

**64) Peças de Informação nº 01128.00108/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 16 de agosto de 2010, tendo por finalidade apurar representação encaminhada pela Promotoria de Justiça de Esteio contendo os laudos de segurança, combate a incêndio e estruturais do Estádio Olímpico Monumental, os quais relatam falhas no que tange às condições estruturais do Estádio.

**65) Portaria de Retificação - Inquérito Civil Público nº 01128.00145/2008** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 22 de julho de 2010, tendo por finalidade averiguar se há acessibilidade aos cadeirantes no acesso aos trevos entre as Avenidas Ipiranga e Salvador França; às esquinas entre as Avenidas Protásio Alves e Antônio de Carvalho onde não há rampas, bem como a inexistência de semáforo que possibilite a travessia de pedestres; às esquinas entre a Avenida Protásio Alves com a Rua Irmão Inocêncio Luís, Rua Franklin e Rua Otávio Santos; além de saída de veículos na calçada do SESC (próximo à parada de ônibus); bem como aos estabelecimentos localizados na Avenida Senador Salgado Filho, nesta Capital, sob os números 97, 105, 115, 119, 201, 211, 215, 225, 229 e 231.

**66) Portaria de Retificação - Inquérito Civil Público nº 01128.00070/2009** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 30 de julho de 2010, tendo por finalidade averiguar a aplicação dos recursos financeiros, recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE - pelo Estado do Rio Grande do Sul, à conta do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, pelo Município de Porto Alegre.

**67) Inquérito Civil Público nº 01128.00081/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 21 de julho de 2010, tendo por finalidade investigar o atendimento prestado pela pensão requerida, que acolhe usuários de saúde mental, na capital.

**68) Inquérito Civil Público nº 01128.00084/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 21 de julho de 2010, tendo por finalidade investigar o atendimento prestado pela pensão requerida, que acolhe usuários de saúde mental, na capital.

**69) Inquérito Civil Público nº 01128.00086/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 21 de julho de 2010, tendo por finalidade investigar o atendimento dispensado pelo Hospital Cristo Redentor à paciente A.M.

**70) Inquérito Civil Público nº 01128.00080/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 21 de julho de 2010, tendo por finalidade investigar o atendimento prestado pela pensão requerida, que acolhe usuários de saúde mental, na capital.



**71) Inquérito Civil Público nº 01128.00085/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 21 de julho de 2010, tendo por finalidade investigar o atendimento prestado pela pensão requerida, que acolhe usuários de saúde mental, na capital.

**72) Inquérito Civil Público nº 01128.00082/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 21 de julho de 2010, tendo por finalidade investigar o atendimento prestado pela pensão requerida, que acolhe usuários de saúde mental, na capital.

**73) Inquérito Civil Público nº 01128.00083/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 21 de julho de 2010, tendo por finalidade investigar o atendimento prestado pela pensão requerida, que acolhe usuários de saúde mental, na capital.

**74) Inquérito Civil Público nº 01128.00200/2009** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 17 de maio de 2010, tendo por finalidade investigar o cumprimento da legislação de acessibilidade nos prédios em que funcionam os templos religiosos “Salão do Reino das Testemunhas de Jeová”, nesta capital.

**75) Inquérito Civil Público nº 01128.00103/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 17 de agosto de 2010, tendo por finalidade averiguar eventuais irregularidades nos reajustes das mensalidades do Plano de Saúde SENERSAÚDE.

**76) Inquérito Civil Público nº 01128.00074/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 30 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar irregularidades no atendimento dispensado pelo Hospital Mãe de Deus.

**77) Inquérito Civil Público nº 01128.00055/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 13 de agosto de 2010, tendo por finalidade investigar a suspensão de vistorias em estabelecimentos farmacêuticos no Estado.

**78) Inquérito Civil Público nº 01128.00078/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 08 de julho de 2010, tendo por finalidade investigar as condições de atendimento da Clínica Psiquiátrica São José.

**79) Inquérito Civil Público nº 01128.00069/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 18 de junho de 2010, tendo por finalidade apurar as Estratégias para a criação de Fundo para gerenciamento dos recursos do Conselho Municipal de Entorpecentes – COMEN, bem como a criação de conselhos análogos no interior do Estado do Rio Grande do Sul.

**80) Inquérito Civil Público nº 01128.00076/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 07 de julho de 2010, tendo por finalidade investigar a rede de atendimento oncológico pelo Sistema Único de Saúde, no Município de Porto Alegre.

**81) Inquérito Civil Público nº 01128.00073/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 25 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar a aplicabilidade da Lei Estadual nº 13.193/09, que dispõe sobre o controle de reprodução de cães e gatos de rua no Estado.

**82) Peças de Informação nº 01128.00031/2010** – instauradas pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 29 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar potencial dano a direito difuso ou coletivo consistente em eventuais irregularidades no Residencial Lima e Silva, localizado na rua Lima e Silva, 949 e sua filial localizada na rua Luis Afonso, 597.

**83) Inquérito Civil Público nº 01128.00117/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 11 de outubro de 2010, tendo por finalidade averiguar irregularidades apontadas nas auditorias 7971 do DENASUS no Conselho Estadual de Saúde.

**84) Inquérito Civil Público nº 001128.00115/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 30 de setembro de 2010, tendo por finalidade averiguar irregularidades apontadas nas auditorias 4100 e 7971 do DENASUS na Política de Assistência Farmacêutica do Estado.

**85) Inquérito Civil Público nº 01128.00094/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 03 de agosto de 2010, tendo por finalidade investigar o atendimento prestado no Posto de Saúde Beco dos Coqueiros.

**86) Inquérito Civil Público nº 01128.00014/2009** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luís Silva de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 29 de setembro de 2010, tendo por finalidade investigar a excessiva demora no fornecimento de aparelhos auditivos pelo Estado do Rio Grande do Sul, pelo Sistema Único de Saúde.

**87) Inquérito Civil Público nº 01128.0072/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 24 de junho de 2010, tendo por finalidade averiguar a falta de acessibilidade dos CFCS e dificuldades no processo para a aquisição da CNH por pessoas portadoras de deficiência, devido à discricionariedade nos exames médicos e a falta de carros adaptados para realização do exame.



**88) Inquérito Civil nº 01128.000158/2009** – instaurado pela Promotora de Justiça Míriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 06 de julho de 2010, tendo por finalidade investigar a existência de pendências burocráticas junto ao Ministério da Saúde para utilização de recursos disponíveis pelo Município de Porto Alegre.

**89) Inquérito Civil Público nº 01128.00111/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 14 de setembro de 2010, tendo por finalidade averiguar dificuldade enfrentada por pessoas portadoras de deficiência auditiva para acesso ao serviço de atendimento ao consumidor.

**90) Inquérito Civil nº 01128.00091/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 28 de junho de 2010, tendo por finalidade averiguar eventual risco à segurança pública decorrente de desentendimentos envolvendo integrantes das torcidas organizadas tricolores "Geral" e "Velha Escola", em partida de futebol realizada no Estádio Olímpico.

**91) Inquérito Civil nº 00726.00001/2009** – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 26 de julho de 2010, tendo por finalidade averiguar possível risco à segurança pública em decorrência da precariedade dos equipamentos, da infraestrutura e dos recursos humanos dos Grupos de Combate a Incêndios dos Municípios de Agudo, Caçapava do Sul, Faxinal do Soturno, Restinga Seca e São Sepé, todos localizados na Região Central do Estado.

**92) Inquérito Civil nº 01128.00099/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 06 de agosto de 2010, tendo por finalidade averiguar as condições de acessibilidade arquitetônica do estabelecimento Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes, com sede na Rua Fernando Gomes, 188, nesta Capital.

**93) Portaria de Retificação Inquérito Civil Público nº 01128.00008/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 17 de setembro de 2010, tendo por finalidade averiguar a ocorrência de irregularidades no funcionamento da instituição RW Bem Viver Pensionato Ltda., especialmente no que se refere ao atendimento prestado aos idosos residentes.

**94) Portaria de Retificação Inquérito Civil nº 01128.00044/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 27 de julho de 2010, tendo por finalidade averiguar supostas práticas de maus tratos e de negligência no atendimento prestado aos idosos residentes na Geriatria São Luiz.

**95) Inquérito Civil Público nº 01128.00102/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 09 de agosto de 2010, tendo por finalidade averiguar eventual risco à segurança pública decorrente das condições sanitárias e de higiene, de prevenção e combate a incêndios, de segurança e de engenharia do Estádio José Pinheiro Borda, conhecido com Estádio Gigante da Beira-Rio.

**96) Inquérito Civil Público nº 01128.00062/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 15 de setembro de 2010, tendo por finalidade averiguar supostas irregularidades na prestação de serviços funerários a pessoas carentes e a indigentes no Município de Porto Alegre.

**97) Inquérito Civil nº 01128.00105/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Odete Pinzetta, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 19 de agosto de 2010, tendo por finalidade averiguar as causas do expressivo número de quedas de idosos no interior dos ônibus de transporte coletivo urbano de Porto Alegre.

**98) Peças de Informação nº 01128.00096/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 29 de julho de 2010, tendo por finalidade investigar direito difuso da cidadania: reabilitação profissional para PPDs visuais.

**99) Peças de Informação nº 01128.00098/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 05 de agosto de 2010, tendo por finalidade apurar irregularidades na Casa de Repouso Vovó Margarida, quanto à responsabilidade técnica médica.

**100) Peças de Informação nº 01128.00101/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Renoir da Silva Cunha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 05 de agosto de 2010, tendo por finalidade apurar irregularidades na Clínica Geriátrica Frances Bruna, quanto à responsabilidade técnica médica.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 19 de novembro de 2010.

**FRANCESCO CONTI,**

Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

De acordo.

**LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,**

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de novembro de 2010.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição nº 570

**CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**EDITAIS**

**FAÇO PÚBLICO, CUMPRINDO DETERMINAÇÃO DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, em conformidade com o que dispõe o artigo 15, parágrafo 2º, combinado com o artigo 62 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e o Provimento nº 08/2002, publicado no Diário Oficial da Justiça de 19 de fevereiro de 2002, que se encontra(m) vago(s) o(s) cargo(s) abaixo elencado(s), na forma de provimento e critério relacionados:

EDITAL	FORMA DE PROVIMENTO	CRITÉRIO	CARGO
410/2010	Remoção	Antiguidade	12º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca de <b>Porto Alegre</b> , de entrância final.
411/2010	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Rodeio Bonito</b> , de entrância inicial.
412/2010	Remoção	Antiguidade	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Itaqui</b> , de entrância inicial.
413/2010	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>São José do Ouro</b> , de entrância inicial.
414/2010	Remoção	Antiguidade	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Três Passos</b> , de entrância inicial.
415/2010	Remoção	Merecimento	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Três de maio</b> , de entrância inicial.
416/2010	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de <b>Antônio Prado</b> , de entrância inicial.
417/2010	Remoção	Merecimento	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Caçapava do Sul</b> , de entrância inicial.
418/2010	Remoção	Antiguidade	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Gramado</b> , de entrância inicial.
419/2010	Remoção	Merecimento	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>São Lourenço do Sul</b> , de entrância inicial.
420/2010	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Iraí</b> , de entrância inicial.
421/2010	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Horizontina</b> , de entrância inicial.
422/2010	Remoção	Antiguidade	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Horizontina</b> , de entrância inicial.
423/2010	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Ivoti</b> , de entrância inicial.
424/2010	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Cerro Largo</b> , de entrância inicial.
425/2010	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Santa Bárbara do Sul</b> , de entrância inicial.
426/2010	Remoção	Antiguidade	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Santo Augusto</b> , de entrância inicial.
427/2010	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Porto Xavier</b> , de entrância inicial.
428/2010	Remoção	Antiguidade	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Itaqui</b> , de entrância inicial.
429/2010	Remoção	Merecimento	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Rosário do Sul</b> , de entrância inicial.
430/2010	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de <b>Guarani das Missões</b> , de entrância inicial.
431/2010	Remoção	Merecimento	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Parobé</b> , de entrância inicial.
432/2010	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>São Vicente do Sul</b> , de entrância inicial.



Diário eletrônico  
**Ministério Público**  
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 23 de novembro de 2010.

[www.mp.rs.gov.br](http://www.mp.rs.gov.br)

Edição nº 570

433/2010	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Tenente Portela</b> , de entrância inicial.
434/2010	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de <b>Encruzilhada do Sul</b> , de entrância inicial.
435/2010	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Lavras do Sul</b> , de entrância inicial.
436/2010	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Palmares do Sul</b> , de entrância inicial.
437/2010	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>São Sepé</b> , de entrância inicial.
438/2010	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Marcelino Ramos</b> , de entrância inicial.
439/2010	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de <b>Planalto</b> , de entrância inicial.
440/2010	Remoção	Antiguidade	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Jaguarão</b> , de entrância inicial.
441/2010	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Quaraí</b> , de entrância inicial.
442/2010	Remoção	Antiguidade	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Crissiumal</b> , de entrância inicial.
443/2010	Remoção	Merecimento	2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Charqueadas</b> , de entrância inicial.
444/2010	Remoção	Antiguidade	1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Três Passos</b> , de entrância inicial.
445/2010	Remoção	Merecimento	Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Comarca de <b>Seberi</b> , de entrância inicial.

Os interessados têm o prazo de 10 (dez) dias, computados na forma do artigo 3º, parágrafo 1º do Provimento nº 33/2008.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 23 de novembro de 2010.

**SÔNIA ELIANA RADIN**,

Promotora-Assessora.

**TORNO PÚBLICO**, em cumprimento ao disposto no artigo 2º, § 4º da Resolução nº 03/2010 – CSMP, relatório dos membros do Ministério Público afastados para frequentar cursos de pós-graduação, bem como número de vagas disponíveis atualmente e datas a partir das quais serão abertas novas vagas:

NOME	ENTRÂNCIA	CURSO	LOCAL	PERÍODO
Felipe Hochscheid Kreuz	Final	Mestrado	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - Portugal	20/10/2010 a 19/10/2011
Paula Bitencourt Orsi	Inicial	Mestrado	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - Portugal	20/10/2010 a 19/10/2011

ENTRÂNCIA	VAGAS DISPONÍVEIS
Procurador de Justiça	01
Final	01
Intermediária	02*
Inicial	00

ENTRÂNCIA	DATA DA ABERTURA DE NOVAS VAGAS	QUANTIDADE DE VAGAS A SEREM ABERTAS
Final	20/10/2011	01
Inicial	20/10/2011	01

\* Encontram-se em tramitação os afastamentos para o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) e para o Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE) da Escola Superior de Guerra, que ocuparão duas vagas da entrância intermediária nos períodos de 21 de fevereiro a 02 de dezembro de 2011 e de 28 de fevereiro a 8 de agosto de 2011

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, Porto Alegre, 23 de novembro de 2010.

**SÔNIA ELIANA RADIN**,

Promotora-Assessora.